GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



5

10

15

20

25

30

35

40

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.



CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

503º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS E DO FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia 03 de abril de dois mil e quatorze, no Auditório da sede da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, localizada na antiga Rodoferroviária, reuniu-se a quingentésima quarta reunião ordinária do CONEN e do Conselho Administrativo do Fundo Antidrogas do Distrito Federal - FUNPAD/DF. Presentes os Conselheiros: O Presidente o Dr. Leonardo Moreira e a Vice-Presidente Daisy Rotávio Jansen Watanabe, e os conselheiros Adriana Pinheiro Carvalho, Ricardo Freire Vasconcelos, Aryadne Marcia Argolo Muniz, Lívia Márcia Faria e Silva, Lidia Dourado Clímaco, Francisco Ramalho Medeiros, César Ricardo Rodrigues Cunha, Isanete Soares de Oliveira, Maraisa Bezerra Lessa, Maria do Socorro Paiva Garrido, Heloísa Helena Bittencourt Ottoni de Carvalho, Luiz Geraldo Matheus Figueira, Julio Cezar Pimentel de Santana, Rodrigo Bonach Batista Pires, Leandro Silva Almeida. Ausentes os conselheiros: Antônio Raimundo Negrão Costa, Laura Beatriz Castelo Branco Alves S. Rito, Cel. Cirlândio Martins do Santos, que encontra-se a serviço e foi representado pelo seu suplente o conselheiro Major Josè do Nascimento R. Martins. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica em que foram abordadas, as discussões e deliberações. Presidente parabenizou a presença de todos os conselheiros, anunciou a apresença das estudantes de Serviço Social da Faculdade IESB que irião acompanhar o andamento dos trabalhos deste coelgiado para fins de subsidiarem seu trabalho academico sobre conselhos coletivos. Dando continuidade o presidente abriu para inclusão de pautas onde a conselheira Maria Garrido pediu a inclusão sobre a mudança do CAPS AD Rodoviária. Não havendo mais pedidos de inclusão, a conselheira Maria Garrido fez uma explanação sobre os fatos que ocorreram para o fechamento do CAPS AD situado na plataforma superior da Rodoviária de Brasília, desde a notificação de saída em virtude da reforma da rodoviária, até a situação atual de dificuldade para encontrar um imóvel substituto com acessibilidade, concessão da população e com valores nos padrões do processo de aluguel de imóvel autuado na secretaria. Após debates, e por sugestão do conselheiro Ramalho, foi deliberado pelo colegiado a confecção de um ofício à Secretaria de Saúde ou a Casa Civil buscando esclarecimentos que fundamente os acontecimentos e os planos futuros para o CAPS AD, como também a existência de planejamentos para os demais CAPS AD do Distrito Federal. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente justificou como regimental a necessidade deste colegiado de estarem debatendo bimestralmente os temas do Fundo antidrogas e enfatizou sobre o primeiro item da pauta, fiscalização FUNPAD x Contratos, imprescindível ao bom andamento dos contratos das comunidades terapêuticas com a secretaria de justiça. Após constatado que nenhum conselheiro havia preparado seus respectivos relatórios de fiscalização, a pedido do presidente foi deliberado pelo colegiado a reunião extraordinária para o dia 24/04 para tratar especificamente deste item da pauta. Passando para o segundo item da pauta, sobre relatórios e pareceres, foi deliberado pelo colegiado à concessão de registro definitivo, ou seja, a alteração de um para três anos, à instituição Centro de Recuperação Leão de Judá em face do parecer da relatora, conselheira Maria Garrido, que fundamentou seu parecer na melhoria das instalações e procedimentos da instituição em face das exigências deste CONEN em concordância com o preconizado pela RDC 29/2011 - ANVISA. O Presidente parabenizou o papel deste conselho na fiscalização e na transformação dos instrumentos, adequando-os as políticas públicas necessárias. Ainda neste item da







45

50

55

60

65

70

75

80

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.



CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

pauta, a Vice-presidente, conselheira Daisy Rotávio, fez a leitura da ata da câmara técnica de prevenção que teve como deliberado pelo colegiado: O encaminhamento de oficio a Secretaria Extraordinária da Copa – SECOPA, objetivando uma parceria para elaboração de campanha preventiva e orientadora, seja por panfletagem em aeroportos, rodoviária, postos de combustíveis, hotéis, clubes, taxis, ou pela rede televisionada ou rádio, sobre a temática do uso, abuso de drogas, neste período de copa do mundo. Neste item, o Presidente solicitou apoio dos conselheiros e da câmara técnica de prevenção na criação de um grupo para elaboração de uma proposta de trabalho para quando do encontro com o secretario da SECOPA. Deliberado ainda na câmara técnica a necessidade de visita às instituições e comunidades terapêuticas que ainda não possuem ou nunca se propunham a obter registro junto ao CONEN. Deliberado também que a câmara técnica vai continuar a programação de visita aos CAPS AD. Encerrado este item da pauta, o presidente abriu para inclusão de pauta em assuntos gerais: O conselheiro Cesar pediu a inclusão da revisão da resolução normativa 003/2009 que trata do Cadastro de Entes e Agentes antidrogas do Distrito Federal – CEAAD/DF; Conselheiro Ramalho pediu para incluir sobre a campanha que encontra-se nas ruas do DF falando do crack e mostrando uma algema, e questiona o conflito entre preventivo e repressivo desta campanha. A Secretaria Executiva despachou o processo da Missão Resgate para a conselheira Aryadne. Justificou a complexidade e o tempo que este processo está em andamento propondo aos conselheiros designados o comparecimento à instituição para depois, em ofício, solicitar atualização de documentos. A Conselheira Aryadne declarou impedida de dar continuidade no processo e pediu a designação de outros conselheiros, que foi aceito pela conselheira Isanete. Fundamentou seu posicionamento em face da visita feita anteriormente onde proferiu parecer de indeferimento em face da ausência de procedimentos preconizados pela RDC 29/2011 – ANVISA. Ainda ela, a ausência de documentos atualizados também é um motivo impeditivo de andamento do processo. Após debates e votações, foi deliberado pelo colegiado a proposta do presidente de encaminhar ao grupo técnico legislativo a temática dos documentos imprescindíveis para autuação de processo de concessão de registro conforme previsto pelo Edital de Chamamento Publico nº 01/2010 - Subcad, objetivando elaboração de um parecer sobre os procedimentos adotados pela Secretaria Executiva e debatidos nesta plenária. Ainda em assuntos Gerais, o presidente fez uma breve leitura do processo nº 0400.000.0004/2014 que tratou de avaliar o pedido de substituição de conselheiro feito pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP-01. Após explanação dos fatos e leitura do relatório, o presidente informou que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal proferiu parecer de que o conselheiro representante deve permanecer até o encerramento de seu mandato, respeitando o preconizado pelo artigo 5º da portaria 17, de 5 de setembro de 2011, que institui o Regimento Interno do Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal. Foi entregue copia do processo a conselheira Aryadne Muniz, que após suas considerações agradeceu e parabenizou os trabalhos deste CONEN. Dando andamento aos trabalhos, o presidente deu as boas vindas e posse ao novo conselheiro Rodrigo Bonach Batista Pires, representante da coordenação de repressão às Drogas, da Policia Civil do Distrito Federal, que, com a palavra, o conselheiro fez uma apresentação a todos os presentes sobre seu trabalho e sua experiência na temática e, também, sobre sua passagem anterior neste CONEN como conselheiro suplente. Após, o presidente anunciou que o adiantado da hora justificava que os demais temas serão tratados na próxima plenária do colegiado. E assim, por tudo que foi dito e nada mais havendo a tratar, o Presidente, Conselheiro Dr. Leonardo Moreira, agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada







GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.



CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

a sessão às 12h17. E, para constar, eu, Alexandre Rocha de Matos, redigi, lavrei e datei a presente ata que, após lida, vai assinada por mim e pelo presidente.

85

90

DR. LEONARDO MOREIRA Presidente

95

ALEXANDRE ROCHA DE MATOS Secretário Executivo



